

Votação da reforma agrária provoca "buraco negro"

O roteiro do 'buraco negro'

14h30 — Começou a reunião dos líderes da esquerda, do PMDB e do Centrão, no gabinete de Mário Covas.

17h — Surgiram propostas de acordo em clima de entendimento. "Saiu o acordo, e todo o mundo bateu palmas" —disse o deputado Aloysio Vasconcelos (PMDB-MG).

18h — O deputado Percival Muniz (PMDB-MT), esquerda, sorridente, anunciou: "saiu o acordo". O texto "teve uma letra de cada um" —comemorou o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR). Apenas o PL e o bloco liderado pelo deputado José Lourenço, no PFL, não concordaram. A esquerda não gostou mas engoliu a proposta.

18h15 — Fora do gabinete de Covas, a reação mais virulenta foi de Ronaldo Caiado. "O acordo é falso" —afirmou.

18h45 — O senador Mário Covas saiu de sua sala particular e voltou à grande sala do seu gabinete onde se desenvolviam as negociações. Cara amarrada, não quis falar nada. Recebeu o deputado José Loreunço, que deu sua posição definitiva: o PFL não aceitava o acordo.

19h — Começou uma negociação não mais sobre o mérito do texto mas sobre o encaminhamento da votação. Lourenço defendeu a aprovação de todo o texto do acordo, ressalvado o item que realmente interessava, o que tratava da propriedade rural e da função social. A esquerda

19h45 — Foi dada a tentativa de encaminhamento da votação. Os líderes saíram do gabinete de Covas e foram ao plenário. Não se votou o texto do acordo praticamente acertado antes.



O senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte, encaminha a votação

Da Sucursal de Brasília

A votação da reforma agrária provocou ontem o primeiro "buraco negro" do plenário do Congresso constituinte desde o início dos trabalhos. Nenhum dos textos apresentados para o capítulo conseguiu 280 votos a favor. A emenda coletiva do Centrão sobre reforma agrária não atingiu, como antecedeu, os 280 votos necessários à aprovação. Foram 237 a favor, 225 contra e 37 abstenções. A seguir, votou-se o projeto da Comissão de Sistematização, que também não obteve maioria (com 129 votos a favor, 365 contra e 27 abstenções).

Sem um texto-base, o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, encerrou a sessão e, conforme o regimento, encarregou o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) de encontrar uma solução para o impasse. O prazo do relator termina às 21h de amanhã. A votação definitiva foi marcada para terça-feira às 14h30. "Vamos procurar um texto que tenha o apoio da maioria", afirmou Cabral, anunciando uma reunião com os líderes partidários hoje à tarde, sem horário definido ainda. O relator poderá usar como subsídio todas as propostas sobre reforma agrária apresentadas até o momento no Congresso constituinte.

No início da noite, fracassou a última tentativa de acordo. O Centrão propôs a votação em separado da principal polêmica na reforma agrária: a desapropriação de terras produtivas. A esquerda, porém, preferiu rejeitar a ideia, por considerá-la uma concessão excessiva, já que o restante do texto foi visto como benéfico ao Centrão. Os partidos de esquerda anunciaram o apoio ao texto da Comissão de Sistematização, mas o líder do PMDB no



O que é buraco negro

Da Redação

"Buraco negro" significa um impasse na votação do projeto da nova Constituição. De acordo com o regimento interno, as emendas precisam de 280 votos (maioria absoluta) para serem aprovadas. Quando nenhuma proposta que se encontra em votação reúne este quórum, ela entra no "buraco negro". Isto significa que os trabalhos constituintes são paralisados por 48 horas, para que o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) redija um texto alternativo.

O termo "buraco negro" vem da Física, e designa um ponto no espaço no qual a matéria é tão concentrada que a força gravitacional resultante tende a atrair toda a matéria e energia das proximidades. Acreditava-se que nem mesmo a luz poderia escapar do buraco negro. A teoria atual está revendo estes conceitos, e já admite que os buracos negros possam emitir energia e explodir.

Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), orientou sua bancada a derrotar o projeto, como forma de forçar o "buraco negro" e, conseqüentemente, o acordo. Apesar da posição de Covas, alguns peemedebistas mais à esquerda votaram no texto da Sistematização. Isto, porém, não foi o bastante para aprová-lo.

Ulysses anunciou que não haverá sessão hoje, devido ao prazo regimental dado a Cabral. O texto redigido pelo relator será distribuído no domingo e os constituintes poderão apresentar, na segunda-feira, pedidos de destaque para votação em separado de trechos. Além de Cabral, qualquer grupo de 280 constituintes ou mais poderá sugerir um texto de entendimento até amanhã à noite.

Covas anuncia acordo; Lourenço rejeita texto

Da Sucursal de Brasília

No terceiro dia de negociações ininterruptas, os líderes partidários do Congresso constituinte, inclusive uma parte do Centrão, chegaram a um acordo sobre a reforma agrária. O texto não teve apoio do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), do PL e, fora da área parlamentar, sofreu oposição radical do presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado. A contestação de Lourenço e a posição radical de Caiado fizeram com que o acordo sequer chegasse a ser votado em plenário. Foram a voto os textos do Centrão e da Sistematização, que não conseguiram os 280 votos para a aprovação.

Foi o ponto mais próximo do consenso que a matéria mais polêmica da Constituinte conseguiu alcançar, quando todos os líderes dos partidos já estavam no limite da exaustão. O acordo estabelecia uma vinculação precária mas aceitável pela maioria entre a propriedade rural produtiva e o cumprimento de sua função social. "O acordo possibilita a reforma agrária sem acabar com a propriedade produtiva", disse o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR).

O acordo

O acordo a que se chegou no final da tarde tornava "insuscetíveis" de desapropriação, para efeito de reforma agrária, as pequenas e médias propriedades e, num outro item, a propriedade produtiva. A seguir, o texto, num parágrafo único, acrescentava: "A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva, fixando normas para satisfação das exigências relativas à função social, sob pena de torná-la passível de desapropriação nos termos do artigo 218 (que define as funções sociais).

Esta redação procurava atender à ala moderada do Centrão ao prever "tratamento especial à propriedade produtiva" e aos partidos de esquerda e à liderança do PMDB, ao vincular a propriedade produtiva à "satisfação das exigências relativas à função social" e ao deixar claro que, se aquelas exigências não fossem cumpridas, a terra será "passível de desapropriação".



Lideranças se reúnem no gabinete do senador Mário Covas para a tentativa de acordo na reforma agrária

Contrastava, portanto, a posição inflexível de alguns líderes do Centrão e, especialmente, de Ronaldo Caiado, que não admitiam a desapropriação de terra produtiva em qualquer hipótese, independentemente do cumprimento da função social. A função social era definida, em outro artigo, como sendo o respeito à legislação trabalhista e à ecologia, o aproveitamento racional da propriedade e a busca do bem-estar de proprietários e trabalhadores.

As dificuldades para o acordo ficaram claras com as reações subsequentes a seu anúncio, às 18h, no gabinete do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP). "Foi o acordo possível" —disse o líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE). "Não se conseguiu que a Constituinte fizesse a reforma agrária, mas pelo menos não impede a reforma agrária" —disse Pedro Dallari, assessor jurídico do PT.

O acordo foi possível em grande

parte graças ao senador Jarbas Passarinho (PA), presidente nacional do PDS. Contrariando seus hábitos, Passarinho foi ontem participar de uma rodada de negociações no gabinete de Covas, um dia depois de o plenário da Constituinte ter impedido a aprovação do texto-base do Centrão sobre a reforma agrária.

Coube a Passarinho o papel de romper o impasse em que se encontravam os líderes do Centrão, que queriam o acordo mas eram impedidos de selá-lo devido à oposição do presidente da UDR, Ronaldo Caiado, e do presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes. O senador apoiou o texto e quando o deputado Alysso Paulinelli (PFL-MG) disse que seu partido não poderia aceitá-lo ainda fez um apelo em favor do acordo.

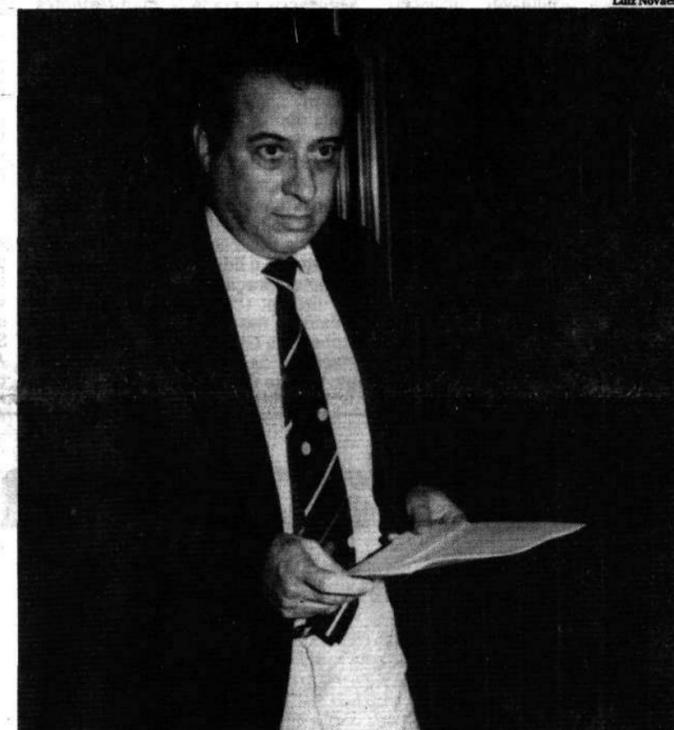
A posição de Passarinho ganhou relevo na mesa de negociação porque, no dia anterior, ele foi exatamente o principal orador do bloco

conservador a defender o texto-base do Centrão, afinal não aprovado. Passarinho soube intuir que o texto do Centrão não ganharia, mesmo com seu discurso. Com isso, ganhou autoridade para defender o acordo ontem, no dia seguinte.

Delfim negocia

A presença de Passarinho —ajudado por outro frequentador pouco habitual da mesa de negociação, o deputado Delfim Neto (PDS-SP)—desequilíbrio a composição de forças dos que resistiam ao acordo. Mesmo assim, quando ficou pronto e foi submetido a Caiado, o texto foi criticado. A UDR não o aprovou. "Isso não é acordo" —reagiu Caiado.

José Lourenço, que não participou das negociações, também rejeitou o texto, em nome da liderança do PFL. À noite, pela primeira vez, foi ao gabinete de Covas, mas apenas para discutir a forma de votação do texto, não seu mérito.



Alysso Paulinelli (PFL-MG), negociador do Centrão para a reforma agrária